



INTRODUÇÃO

A ideia de escrever este livro surgiu a partir do meu contato com professores e professoras do ensino básico e fundamental, estudantes, pesquisadores, técnicos de órgãos públicos, empresários e ambientalistas nos inúmeros cursos e palestras que dei no início dos anos 1990.

Embora, naquela época, todos tivessem um grande interesse pela educação ambiental, poucos conheciam a sua história e os seus princípios. Num desse cursos, chamou-me muito a atenção a informação dada por um funcionário de uma empresa estatal paulista, responsável pelo Departamento de Educação Ambiental, de que era a primeira vez que ele entrava em contato com a educação ambiental da forma que eu a expunha.

Minha vida vai ser longuissima porque cada instante é. A impressão é que estou por nascer e não consigo. Sou um coração batendo no mundo. Você que me lê que me ajude a nascer:

Clarice Lispector, *Água viva*, 12. ed.
Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993, p. 41.



Aliado à quase inexistência de literatura entre nós sobre a educação ambiental, esse fato me estimulou, para não dizer obrigou, a escrever este livro, pois, acreditava que o referido funcionário não era o único com essa responsabilidade e nessa situação.

O conteúdo do *O que é educação ambiental* é a base dos cursos, seminários e palestras a que me referei e é também o resultado de discussões sobre educação em geral e educação ambiental em particular, com Fábio Cascino, Hercília Tavares de Miranda, Moacir Ribeiro do Vale, Nicia Wendel de Magalhães, Nilda Alves, Rossália Ribeiro de Aragão, Roseli Pacheco e Salete Abraão.

Muitos outros diálogos aconteceram desde que a primeira edição foi publicada, com outros e outras colegas, estudantes, funcionários públicos e militantes dos movimentos sociais, ambientalistas e ecologistas que consolidaram parcerias, amizades, solidariedades e ampliaram nossas possibilidades de ações pedagógicas e políticas, coletivas e individuais.

Em outras palavras, esses diálogos ampliaram e concretizaram relações afetivas e possibilidades de intervenção cidadã.

Em outros momentos, esses encontros provocaram rupturas assim como divergências profundas sobre o entendimento do papel político da educação ambiental e do imprescindível compromisso ético nas práticas e ações de todos e todas que se identificam e se apre-

sentam como educadores e educadoras ambientais.⁹

Foram tantos os encontros e os desencontros que é impossível, e nem seria o espaço mais apropriado, listá-los todos aqui. Também se torna impossível fazer uma lista de agradecimentos aos colegas que contribuíram para a difusão deste livro e que enviaram sugestões e críticas, que tentei incluí-las nesta nova edição revista e ampliada.

Como na primeira versão, quero deixar aqui explicitado meu agradecimento muito especial a Caio Graco, na época editor da Editora Brasiliense, que leu a primeira versão deste livro poucos dias antes de seu falecimento. As sugestões que ele fez foram incluídas e as críticas foram consideradas.

Esta revisão, quatorze anos depois da primeira edição, estará relacionada com a necessidade de ampliar e aprofundar as ideias apresentadas, revisar os conceitos, e a linguagem, e oferecer novas oportunidades de (re)posicionar a educação ambiental como educação política, acreditando que a edição inicial cumpriu os seus objetivos de difundir a educação ambiental no Brasil.

A minha reflexão por meio das práticas pedagógicas cotidianas, de pesquisas e de militância desde que a primeira edição ganhou o espaço público, foi ampliada na mesma proporção em que o interesse pelo livro e pela perspectiva política, cultural e pedagógica da edu-



cação ambiental aqui apresentada aglutinou adeptos e adeptas e interlocutores e interlocutoras.

Esta nova edição, revista e ampliada, tem como objetivo reafirmar essas ideias iniciais, (re)discuti-las e principalmente colaborar com os jovens e as jovens profissionais e militantes interessados pela educação ambiental. A luta continua.

São Paulo, 4 de dezembro de 2008

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO EDUCAÇÃO POLÍTICA

Antes de definirmos a educação ambiental que queremos fazer precisamos ter claro que o problema não está na quantidade de pessoas que existe no planeta e que necessita consumir cada vez mais os recursos naturais para se alimentar, vestir e morar. Esse argumento que relaciona o aumento da população com a escassez dos recursos naturais ocupou grande parte dos debates acadêmicos e políticos e esteve muito presente nos meios de comunicação de massa principalmente nos anos 1960, 1970 e 1980. A crítica a essa ideia veio principalmente dos intelectuais, pesquisadores e militantes dos países pouco industrializados, com grande densidade populacional, com grandes recursos naturais e com baixos índices de escolaridade.

A crítica mais contundente a essa ideia que ligava aumento da população com o consumo dos recursos naturais veio de pessoas dos países que naquela época,

eram denominados países do “terceiro mundo” ou ainda de “países em via de desenvolvimento”. O argumento central da crítica era de que havia uma concentração de consumo dos recursos naturais e das riquezas provocadas pelo modelo capitalista de desenvolvimento nos países industrializados e que o real problema era a concentração de riquezas e de consumo e não o crescimento da população (pobre).

Os críticos enfatizavam que era necessário ampliar a distribuição justa e equitativa dos recursos naturais (e dos alimentos) e dos bens culturais (educação) necessários para a manutenção da vida com dignidade em todo o mundo. Em outras palavras, o que se colava era: é necessário entender que o problema está no excessivo consumo desses recursos por uma pequena parcela da humanidade e no desperdício e produção de artigos inúteis e nefastos à qualidade de vida.

Outro argumento muito presente na educação ambiental nas suas primeiras décadas era a de relação-ná-la, prioritariamente, com a proteção e a conservação de espécies animais e vegetais. Nesse sentido, a educação ambiental estava muito próxima da ecologia biológica, sem que ela tivesse de se preocupar com os problemas sociais e políticos que provocavam esta situação de desaparecimento de espécies.

No sentido contrário afirmamos que a educação ambiental não deve estar relacionada apenas com os aspectos biológicos da vida, ou seja, não se trata ape-

nas de garantir a preservação de determinadas espécies animais e vegetais e dos recursos naturais, embora essas questões (biológicas) sejam extremamente importantes e devem receber muita atenção.

Quando afirmamos e definimos a educação ambiental como educação política, estamos afirmando que o que deve ser considerado prioritariamente na educação ambiental é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos, visando a superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos.

A educação ambiental como educação política está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e das cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum.

Pensar as nossas relações cotidianas com os outros seres humanos e espécies animais e vegetais e procurar alterá-las (nos casos negativos) ou ampliá-las (nos casos positivos) numa perspectiva que garanta a possibilidade de se viver dignamente é um processo (pedagógico e político) fundamental e que caracteriza essa perspectiva de educação.

Dessa forma, o componente “reflexivo” da educação ambiental é tão importante quanto os



elementos “participativos” (estimular a participação comunitária e/ou coletiva para a busca de solução e alternativas aos problemas cotidianos) ou “comportamentais” (mudança de comportamentos individuais e coletivos viciados e nocivos ao bem comum).

A educação ambiental deve procurar favorecer e estimular possibilidades de se estabelecer coletivamente uma “nova aliança” (entre os seres humanos e a natureza e entre nós mesmos) que possibilite a todas as espécies biológicas (inclusive a humana) a sua convivência e sobrevivência com dignidade.

Consideramos então que, com esses princípios básicos, a educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos e as cidadãs para exigir e construir uma sociedade com justiça social, cidadanias (nacional e planetária), autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza.

A afirmativa de que a educação ambiental é uma educação política está profundamente relacionada com o pensamento pedagógico de Paulo Freire, principalmente nos seus últimos escritos, como os livros *Pedagogia da autonomia* (São Paulo: Paz e Terra, 1997) e *Pedagogia da indignação* (São Paulo: Unesp, 2000).

A educação ambiental como educação política enfatiza antes a questão “por que” fazer do que “como” fazer. Considerando que a educação ambiental surge e se consolida num momento histórico de grandes mu-

danças no mundo, ela tende a questionar as opções políticas atuais (mesmo as consideradas de “esquerda”) e a própria educação escolar e extraescolar, quando preocupadas em transmitir conteúdos científicos que terão utilidade apenas para os concursos e exames.

A educação ambiental como educação política é por princípio: questionadora das certezas absolutas e dogmáticas; é criativa, pois busca desenvolver metodologias e temáticas que possibilitem descobertas e vivências, é inovadora quando relaciona os conteúdos e as temáticas ambientais com a vida cotidiana e estimaula o diálogo de conhecimentos científicos, étnicos e populares e diferentes manifestações artísticas; e critica muito crítica, em relação aos discursos e às práticas que desconsideram a capacidade de discernimento e de intervenção das pessoas e dos grupos independentes e distantes dos dogmas políticos, religiosos, culturais e sociais e da falta de ética.

A ética ocupa um papel de importância fundamental na educação ambiental e vários autores brasileiros e estrangeiros têm se dedicado a estudá-la. É sempre muito difícil definir o que é ética ou ensiná-la, mas podemos identificar a sua presença ou a sua ausência. Não podemos também transformar a reivindicação por ética numa lista de preceitos morais, uma lista de “mandamentos” a serem seguidos. Mas acredito que todos os educadores e todas as educadoras ambientais estão colaborando com a ampliação da compreensão



da ética e da sua presença na vida cotidiana quando enfatizam a necessidade de respeito a todas as formas de vida, quando estimulam a igualdade e o respeito às diferenças étnicas, culturais e sexuais e ao se posicionar contrários a todo tipo de corrupção, privilégios e violência, principalmente quando, para isso, se utiliza do dinheiro e dos espaços públicos (escolas, universidades, instituições do governo etc.).

O ser humano contemporâneo vive profundas dicotomias. Dificilmente se considera um elemento da natureza, mas um ser à parte, como um observador e/ou explorador dela. Esse distanciamento da humildade em relação à natureza fundamenta as ações humanas tidas como racionais, mas cujas graves consequências exigem, neste início de século, respostas pedagógicas e políticas concretas para acabar com o predomínio do antropocentrismo (argumento de que o ser humano é o ser vivo mais importante do universo e que todos os outros seres vivos têm a única finalidade de servi-lo). Desconstruir essa noção antropocêntrica é um dos princípios éticos da educação ambiental.

Nas relações sociais cotidianas e na política brasileira verificamos que a ética está muito pouco presente. A possibilidade de se levar vantagem em qualquer situação é o clichê básico predominante, e em muitas ocasiões isso é entendido como natural, ou seja, que o mais forte e esperto deve mesmo prevalecer diante do, mais fraco e pacato.

Com base no pensamento político, filosófico, cultural e pedagógico contemporâneo, que caracteriza a educação ambiental como educação política, podemos afirmar que não há nada de natural na competição (ou competitividade), oportunismo, má-fé, ganância e outros termos que na vida cotidiana possibilitam a permanência de privilégios de poucos.

Por mais apuradas que sejam as pesquisas sobre o código genético humano ainda não se conseguiu provar que esses comportamentos encontram-se aí “naturalmente” explicados. Desse modo, “querer levar vantagem” é um comportamento social, cultural e político que precisa ser profundamente questionado e superado para que a convivência entre os diferentes possa se dar de forma não violenta e menos agressiva.

A educação ambiental crítica está, dessa forma, impregnada da utopia de mudar radicalmente as relações que conhecemos hoje, sejam elas entre a humanidade, sejam elas entre a humanidade e a natureza. Voltemos um pouco aos aspectos políticos da educação ambiental. Desde o seu início, temos insistido que é absolutamente vital que os cidadãos e as cidades do mundo participem para que se tomem medidas de apoio a um tipo de crescimento econômico que não tenha repercussões nocivas sobre a população e que não deteriore suas condições de vida. Geralmente, o modelo econômico capitalista de produção intensiva e desenfreada enfatiza que possibilitará melhor “qualida-



de de vida” e “mais emprego” para todos. Mas será isso mesmo verdade? Afinal, o que é mesmo “qualidade de vida”? Para os interessados em encontrar algumas respostas a essa última questão sugiro que procurem os trabalhos da professora da Faculdade de Saúde Pública da USP, Maria Cecília Focesi Pelicioni.

Observe que, no parágrafo acima, enfatizamos a expressão “cidadão e cidadã do mundo” e a importância de sua participação na definição de um projeto econômico, portanto político. A educação ambiental deve orientar-se para a comunidade, para que ela possa definir quais são os critérios, os problemas e as alternativas, mas sem se esquecer de que dificilmente essa comunidade vive isolada. Ela está no mundo, recebendo influências diversas e também influenciando outras comunidades, num fluxo contínuo e recíproco. Assim, a educação ambiental entra nesse contexto para auxiliar e incentivar o cidadão e a cidadã a participarem da resolução dos problemas e da busca de alternativas no seu cotidiano de realidades específicas.

“Os cidadãos e cidadãs do mundo”, atuando nas suas comunidades, é a proposta traduzida na frase muito usada nos meios ambientalistas: “Pensamento global e ação local, ação global e pensamento local”.

Claro que educação ambiental por si só não resolverá os complexos problemas ambientais planetários. No entanto, ela pode influir decisivamente para isso, quando forma cidadãos e cidadãs conscientes dos seus

direitos e deveres. Tendo consciência e conhecimento da problemática global e atuando na sua comunidade e vice-versa haverá uma mudança na vida cotidiana que, se não é de resultados imediatos, visíveis, também não será sem efeitos concretos.

Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão às soluções. Estas não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs.





HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental tem uma história quase oficial, que a relaciona com conferências mundiais e com os movimentos sociais em todo o mundo. Antes de apresentarmos alguns dos principais eventos que marcam essa história semioficial é necessário lembrar que, muito antes deles, pessoas e grupos, de forma direta, mas muito ativa, já realizavam ações educativas e pedagógicas próximas do que se convencionou chamar de educação ambiental.

Fazer um levantamento com e na comunidade ou com os alunos e as alunas sobre quais foram as pessoas e os eventos que marcaram o surgimento da educação ambiental é uma forma de ampliar o conhecimento em relação ao surgimento dessa proposta educativa na comunidade e no mundo, e se distanciar de uma história oficial engessada e definitiva.



Esse levantamento sobre a história local ou regional da educação ambiental pode ser feita lembrando, como enfatizou Paulo Freire, que somos “sujeitos da história”, mesmo que esses sujeitos sejam anônimos e desconhecidos do grande público, e que a história não é apenas um conjunto linear de datas, heróis e eventos. Dito isso, podemos então passar aos eventos que são os mais conhecidos e que possibilitaram a difusão e a legitimação internacional da educação ambiental.

Em 1968 foi realizada em Roma uma reunião de cientistas dos países industrializados para se discutir o consumo e as reservas de recursos naturais não-renováveis e o crescimento da população mundial até o século XXI.

As conclusões do Clube de Roma deixaram clara a necessidade urgente de se buscar meios para a conservação dos recursos naturais e controlar o crescimento da população, além de se investir numa mudança radical na mentalidade de consumo e de procriação.

Seus participantes observaram que: “O homem deve examinar a si próprio, seus objetivos e valores. O ponto essencial da questão não é somente a sobrevivência da espécie humana, porém, ainda, mais, a sua possibilidade de sobreviver sem cair em um estado inútil de existência”.

Essa reunião originou o livro *Limites do crescimento* (São Paulo: Perspectiva, 1978), que foi durante muitos anos uma referência internacional às políticas e

aos projetos a longo termo e foi alvo de muitas críticas, principalmente dos latino-americanos, que liam nas entrelinhas desse livro a indicação de que, para se conservar o padrão de consumo dos países industrializados, era necessário controlar o crescimento da população nos países pobres.

Um dos méritos dos debates das conclusões do Clube de Roma foi colocar o problema ambiental em nível planetário, e como consequência disso, a Organização das Nações Unidas realizou em 1972, em Estocolmo, Suécia, a Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano.

O grande tema em discussão nessa conferência foi a poluição ocasionada principalmente pelas indústrias. O Brasil e a Índia, que viviam na época “milagres econômicos”, defenderam a ideia de que “a poluição é o preço que se paga pelo progresso”.

Com essa posição oficial, o Brasil e a Índia abriram as portas para a instalação de indústrias multinacionais poluidoras, impedidas ou com dificuldades de continuarem operando nas mesmas condições que operavam em seus respectivos países.

Essa atitude não será sem consequências e os resultados se farão sentir nos anos que virão. No Brasil, que na época vivia sob uma ditadura militar, o “exemplo” clássico é Cubatão, onde, devido à grande concentração de poluição química, crianças nasceram acéfalas; na Índia, o acidente de Bophal, ocorrido numa indústria

química multinacional que operava sem as medidas de segurança exigidas em seu país de origem, provocou a morte de milhares de pessoas.

Esse acidente junto ao da usina nuclear de Chernobyl são considerados os acidentes ecológicos contemporâneos mais drásticos, mas é evidente que não são os únicos. Na década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI foi possível presenciar uma quantidade enorme de acidentes e de diretrizes políticas completamente antiecológicas como a posição dos Estados Unidos em relação ao Protocolo de Kyoto, que visa a diminuição de emissão de CO₂ à atmosfera, ou a autorização do plantio de soja transgênica no Brasil.

O desmatamento da Amazônia atingiu índices alarmantes, colocando o tema na pauta dos encontros entre o governo brasileiro e de outros países, tendo sido tema de debates acalorados na mídia e nas conversas cotidianas.

As guerras e os massacres ocorridos em Burundi, Ruanda, ex-Iugoslávia, Iraque etc., nas quais foram utilizadas armas extremamente sofisticadas contra a população, e a poluição da água e do ar provocada não só pelas indústrias, mas também pelas guerras e conflitos armados, mostraram que a humanidade ainda se encontra no seu estágio de barbarie.

Uma resolução importante da conferência de Estocolmo em 1972 foi a que se deve educar o cidadão e a cidadã para a solução dos problemas ambientais. Pode-

mos então considerar que aí surge o que se convencionou chamar de educação ambiental.

Dez anos após a Conferência de Estocolmo foi realizada a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (observe a mudança do nome em relação à conferência de Estocolmo) no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Rio-92.

A documentação disponível sobre essa conferência é vasta e de fácil localização quando se usa a internet, mas o que é necessário observar aqui é que foi a primeira conferência das Nações Unidas na qual a sociedade civil (cidadãos e cidadãs do mundo) puderam participar. A intensa participação cidadã marcou as reuniões posteriores realizadas pelas Nações Unidas e incluiu, com destaque, o meio ambiente na agenda política planetária.

Nessa agenda política planetária, a afirmativa da necessidade da participação e da intervenção dos cidadãos e das cidadãs deixou de ser apenas um discurso bem-intencionado e conquistou um importante protagonismo. Nesse sentido, a “formação” do cidadão e da cidadã para atuar diante dos problemas e desafios ambientais adquiriu visibilidade pública, e a educação ambiental deixou de ser conhecida e praticada apenas por pequenos grupos de militantes.

Da Conferência do Rio de Janeiro saíram inúmeros documentos como a Agenda XXI, com uma série de indicações aos governos (inclusive a de promover a



educação ambiental) e os tratados elaborados pela sociedade civil, como o Tratado sobre a Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis.

Em 2002, foi realizada em Johannesburgo na África do Sul, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (compare as mudanças dos nomes com as conferências de Estocolmo e do Rio de Janeiro).

Essa Conferência que ficou conhecida como Rio+10, tinha como objetivo avaliar as aplicações e progressos das diretrizes estipuladas no Rio de Janeiro. Realizada num momento de grande tensão internacional, logo após o atentado de 11 de setembro e, poucos meses antes da invasão americana no Iraque, essa reunião foi considerada um fracasso por uns e por outros uma possibilidade de encontros, debates e elaboração de estratégias comuns, apesar do descredito público das Nações Unidas.

A Rio+10 teve o mérito de possibilitar aos cidadãos e cidadãs do continente africano uma participação ativa, expondo as mazelas em que vivem, como as inúmeras guerras civis, o imenso número de pessoas contaminadas com o HIV, a poluição da água e do ar, o analfabetismo e a pobreza extrema de grande parte da população.

Para muitos analistas, a Rio+10 foi um fracasso por não ter possibilitado o avanço efetivo das diretrizes e promessas apresentadas no Rio de Janeiro. Para

outros, o fracasso da Rio+10 está relacionado com o próprio fracasso das Nações Unidas, “prisioneira” dos interesses das grandes potências, principalmente dos Estados Unidos. De qualquer forma, com essas conferências a educação ambiental esteve presente nos discursos e nos documentos, mas principalmente se fez presente por meio das ações concretas de muitas pessoas, cidadãos e cidadãs do mundo, em diferentes regiões do planeta.

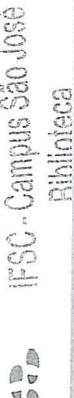
A Unesco foi o organismo da ONU responsável pela divulgação dessa nova perspectiva educativa, e desde os anos 1970 realizou vários seminários regionais em todos continentes, procurando estabelecer os seus fundamentos.

A partir desses seminários, um grande número de textos, artigos e livros foram publicados pela Unesco em diversas línguas.

Os principais seminários realizados por essa instituição estão inseridos na história da educação ambiental e precisam ser destacados.

Um deles foi realizado em Belgrado, na então Iugoslávia, em 1975, e contou com a presença de especialistas em educação, biologia, geografia e história, entre outros, seminário no qual foram definidos os objetivos da educação ambiental, publicados no documento que se convencionou chamar de A Carta de Belgrado.

Alguns anos depois foi realizado em Tbilissi, na Geórgia (ex-Urss), em 1977, o Primeiro Congresso



Internacional de Educação Ambiental da Unesco, onde foram apresentados os trabalhos que estavam sendo realizados em vários países.

Dez anos depois, foi realizado em Moscou o Segundo Congresso Internacional de Educação Ambiental da Unesco. Nessa época, a então União Soviética vivia o início da *perestroika* e da *glasnost*, que culminou com o fim do regime socialista e a separação das diversas repúblicas que compunham aquele país, e temas como desarmamento, acordos de paz entre URSS e os Estados Unidos, democracia e liberdade de opinião permeavam as discussões dos presentes.

Muitos especialistas presentes nesse encontro de Moscou consideravam inútil falar em educação ambiental e em formação de cidadãos enquanto vários países (incluindo o anfitrião) continuavam a produzir armas nucleares e a viver sob regimes totalitários que impediam a participação dos cidadãos e das cidadãs nas decisões políticas.

Nesse mesmo período, a primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, patrocinou reuniões em várias cidades do mundo, incluindo São Paulo, para se discutir os problemas ambientais e as soluções encontradas após a conferência das Nações Unidas realizada em Estocolmo em 1972.

As conclusões dessas reuniões foram publicadas em várias línguas, no livro *Nosso futuro comum*, também conhecido como Relatório Brundtland.

Esse livro fornece subsídios temáticos para a Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro em 1992. É a partir desse livro que a noção de desenvolvimento sustentável se torna mais conhecida. Nesse livro também se enfatiza a importância da educação ambiental para a solução dos problemas e busca de alternativas.

Nos vinte anos que se passaram, entre as conferências mundiais de Estocolmo e do Rio de Janeiro houve uma considerável mudança na noção de meio ambiente. Na primeira se pensava basicamente na relação do ser humano com a natureza; na segunda, o enfoque é pautado pela ideia de desenvolvimento econômico, dito sustentável, ideia que se consolida na Conferência de Johannesburgo.

Essa mudança se fará sentir nos discursos, nos projetos e nas práticas diversas de educação ambiental que surgiram desde então em todo o mundo. Da mesma maneira, provocará reações contrárias de grupos e de educadores e educadoras ambientais, principalmente dos que atuam na América Latina.

Se por um lado temos uma grande variedade de práticas que se autodefinem como “educação ambiental”, mostrando a sua criatividade e importância, por outro temos práticas muito simples que refletem ingenuidade, oportunidade, confusão teórica e política.

Nos últimos anos temos observado um forte movimento patrocinado pela Unesco e por grandes ONGs



internacionais, que pretendem modificar o nome de educação ambiental para “educação para o desenvolvimento sustentável”. Esse movimento inicial de mudança de nome foi um dos temas mais polêmicos da Conferência Internacional da Unesco sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, ocorrida em 1997 em Thessaloniki, na Grécia, e se concretiza 10 anos depois, nos 30 anos da Carta de Tbilissi, ocorrida na Índia. Mas nesse momento a divisão entre os colegas e as educadoras e as instituições favoráveis e contrárias à mudança da denominação educação ambiental para educação para o desenvolvimento sustentável já estava acirrada.

Pelo menos, entre os educadores e as educadoras latino-americanas há uma forte resistência a essa mudança. Consideramos que a educação ambiental tem conseguido nesses últimos 30 anos abordar uma série de problemas e possibilitado a organização de grupos sociais para enfrentá-los e buscar soluções. Consideramos também que a discussão e a busca de alternativas aos modelos de desenvolvimento são extremamente importantes, mas não consideramos os aspectos puramente econômicos como a dimensão privilegiada de qualquer projeto de desenvolvimento (mesmo dito “sustentável”) e muito menos o tema central do processo educativo.

Por outro lado, é com a denominação educação ambiental que no Brasil e na América Latina que essa

perspectiva pedagógica e política tem aglutinado militantes, educadores e educadoras, professores e professoras conquistado espaço nos órgãos públicos, universidades e movimentos sociais. Ao mantermo-nos fiéis à denominação educação ambiental não abdicamos de nossa história para abraçar outra, da qual seríamos apenas receptores e não sujeitos.



DEFININDO MEIO AMBIENTE

É ainda muito comum observarmos afirmações de que educação ambiental é o mesmo que ensino da ecologia, cabendo aí também a biologia e a geografia. No entanto, a educação ambiental e o ensino de ecologia, embora próximos, são temas distintos. Se atentarmos somente à ecologia, verificamos que esta é uma ciência que estuda as relações entre os seres vivos e o seu ambiente físico e natural. A ecologia tem também as suas subáreas, tais como a ecologia humana e a ecologia social. Nas últimas décadas do século XX surgiu a ecologia política, que está muito mais relacionada com os movimentos sociais e com a ciência política do que com as ciências biológicas.

Portanto, há ainda certa confusão conceitual no que diz respeito ao ensino de ecologia e de educação ambiental, entre o profissional de ecologia (ecólogo) e o



militante político (ecologista) e também em relação ao termo meio ambiente.

Esse termo está constantemente presente nos meios de comunicação de massa, no discurso dos políticos e dos militantes “verdes”, nos livros didáticos, nas artes plásticas, na música, no cinema, no teatro etc. Mas o que se entende por meio ambiente? Como o definimos?

As definições podem ser as mais variadas possíveis, dependendo das nossas fontes de consulta. Entre as primeiras definições que encontramos, originadas nos anos 1970 e 1980, temos a do geógrafo francês Pierre Jorge que o define como:

ao mesmo tempo o meio é um sistema de relações onde a existência e a conservação de uma espécie são subordinados aos equilíbrios entre processos destrutores e regeneradores e seu meio – o meio ambiente é o conjunto de dados fixos e de equilíbrios de forças concorrentes que condicionam a vida de um grupo biológico.

Para o ecólogo belga Duvigneaud, “é evidente que meio ambiente é composto por dois aspectos: 1) o meio ambiente abiótico físico e químico e 2) o meio ambiente biótico”.

Para o psicólogo Silliamy, meio ambiente “é o que cerca um indivíduo ou um grupo, englobando o meio

cósmico, geográfico, físico e o meio social com as suas instituições, sua cultura, seus valores”.

Esses três exemplos de definição de meio ambiente, originados nos meios científicos e que estão longe de terminarem aqui, mostram a variedade de sua compreensão. Outras definições dadas por cientistas, artistas, militantes, também podem ser identificadas. O importante é considerar que elas são muitas e variadas. Definições de meio ambiente relacionadas com a diversidade cultural e étnica também são muito importantes. Será que há diferença nas definições de meio ambiente dadas por pessoas de grupos culturais e étnicos vivendo por exemplo em Hiroshima ou no interior da floresta Amazônica?

Provavelmente, você, leitor ou leitora, deve ter a sua própria definição, cujas características estão influenciadas pelos seus interesses, pelas suas convicções e por seus conhecimentos científicos, políticos, filosóficos, religiosos, profissionais etc.

Para que possamos realizar a educação ambiental, considero que é necessário, antes de mais nada, conhecermos as definições de meio ambiente das pessoas envolvidas na atividade. Será que a definição de meio ambiente das pessoas que participam da mesma atividade são iguais? Quais são os pontos comuns e diferentes entre as definições encontradas num mesmo grupo de pessoas? Até que ponto as definições das pessoas se aproximam ou se diferenciam da sua?



Assim, para poder expor com mais clareza a minha proposta de educação ambiental como educação política, considero inevitável apresentar a definição de meio ambiente que a sustenta, e que é diferente das apresentadas anteriormente. Elaborei a definição de meio ambiente em 1988 quando realizava meus estudos de doutorado na Universidade Católica de Louvain, Bélgica.

Essa definição tem sido usada, ainda hoje, por vários e várias colegas. Eu pergunto-lhes se essa definição não envelheceu, ou se precisa ser ampliada ou modificada. Até o momento não registrei nenhuma resposta negativa, motivo pelo qual vou deixá-la aqui como apareceu na primeira edição deste livro, mas observe, prezado leitor e prezada leitora, que a definição a seguir tem pelo menos 20 anos.

Defino meio ambiente como: um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relação dinâmica e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformações da natureza e da sociedade.

Podemos comparar essa definição de meio ambiente com as anteriores e observar que na minha definição meio ambiente não é visto apenas como sinônimo de meio natural. Razão pela qual parto do princípio de que educação ambiental não é sinônimo de ensino de ecologia, biologia ou de geografia, embora não prescin-

da delas nem da história, da literatura, da matemática, da física, da química etc.

O processo pedagógico da educação ambiental como educação política enfatiza a necessidade de se dialogar sobre e com as mais diversas definições existentes, para que o próprio grupo (alunos e alunas e professores e professoras) possam construir juntos uma definição que seja a mais adequada para se abordar a problemática que se quer conhecer e, se possível, resolver.

